Relato sobre a apresentação do Projeto Legado

Câmara Técnica de Água Subterrânea - CTAS

Presidência: Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues (OTEP/ABAS)

Relator: Antônio Calazans Reis Miranda (MMA/SRHQ)

O “Projeto Legado – Desafios e Propostas para a Gestão das Águas no Brasil” versão Zero.2 foi apresentado aos membros da CTAS durante a sua 99ª Reunião, em 01/08, por Maria do Socorro, da ANA, coordenadora do GT-Projeto Legado, formado por: Paulo Libanio, Marco Neves, Maurício Andrés, e presidido pelo Vicente Andreu.

A Sra. Maria do Socorro (ANA) informou que o objetivo do Projeto Legado é apresentar propostas para aprimoramento da Lei n. 9.433/97, bem como da gestão dos recursos hídricos, ressaltando que a ANA pretende levar o documento ao 8º Fórum Mundial da Água, para que se formalize um pacto entre legisladores, juristas e sociedade em torno das propostas ali colocadas. Reforçou que o documento ainda está sendo apresentado em diversas oportunidades para coleta de sugestões, sendo que a última apresentação do documento, antes do 8º Fórum mundial, será no Simpósio da ABRH em novembro de 2017. Mencionou que o documento e os formulários para contribuições estão disponíveis no site da ANA, em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/ProjetoLegado.aspx>

Após a apresentação, os principais questionamentos e apontamentos sobre o Projeto Legado foram:

1. Metodologia e participação na construção do documento: no site da ANA estão disponibilizados somente áudios de reuniões setoriais. Não existe uma relação completa de todas as reuniões realizadas, público alvo, e compilação das sugestões apresentadas, não sendo possível conferir o que foi incorporado ou não ao documento após as reuniões. Além disso, o documento legado não está numerado, o que dificulta o envio de sugestões e a discussão do mesmo. Também, não estão assinaladas quais as mudanças que foram efetuadas entre os documentos 0, 0.1 e 0.2; e que setor, ou pessoa física, fez as contribuições que ensejaram as mudanças. Assim sendo, antes de iniciar a discussão do documento, seria necessário, discorrer-se sobre qual a metodologia que está sendo adotado para registrar, incorporar e responder as dúvidas, sugestões ou solicitações de mudança recebidas. Desta maneira, foram colocados os seguintes questionamentos:

* Como estão sendo incorporadas ao Projeto Legado as sugestões e dúvidas encaminhadas? (MMA/SRHQ);
* Qual será a metodologia para compilação das sugestões? (MMA/SRHQ);
* A compilação das sugestões será disponibilizada no site da ANA, na página do Legado? (MMA/SRHQ);
* Serão disponibilizadas, ajuda memória das reuniões, contendo as sugestões recebidas? (MMA/SRHQ);
* As sugestões de alteração do documento Projeto Legado serão incorporadas as novas versões do documentos? De que maneira? (MMA/SRHQ);
* Usando como modelo, o sistema de consulta pública, as sugestões recebidas por meio do formulário *online*, serão respondidas? (MMA/SRHQ);
* Será divulgado calendário das reuniões com antecedência? (MMA/SRHQ);
* Haverá reuniões com os estados e órgãos gestores de recursos hídricos? (MMA/SRHQ);
* Haverá tempo hábil, para se ouvir os diversos segmentos do SINGREH? (MMA/SRHQ);
* Sugestão para que a ANA fizesse reuniões em todas as capitais brasileiras para coleta de contribuições (FONASC);
* Alguns setores como o de Pesca, Lazer e Turismo não foram ouvidos nem convidados para as reuniões, e tem dúvida com relação à centralização do processo de construção daquelas propostas (representante dos usuários de Pesca, Lazer e Turismo);

1. Constatação que a parte sobre Segurança Hídrica está muito direcionada a infraestruturas, beneficiando mais as empreiteiras do que a sociedade em muitos casos (FONASC);
2. MMA deverá ter maior protagonismo no Comitê Interministerial de Segurança Hídrica proposto no Legado (FONASC);
3. Gestão por trecho de rio fere um fundamento da Lei n. 9.433/97 (MMA/SRHQ);
4. Alteração de domínio (estadual para união) em períodos que houver crise hídrica, trazendo insegurança jurídica aos usuários (ABAS);
5. Redução das Câmaras Técnicas do CNRH, com redução da sociedade civil e aumento poder público e municipal (Todos);
6. O Projeto Legado altera toda a estrutura do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, incluindo procedimentos e reponsabilidades (OTEP/ABAS);
7. O Projeto Legado deveria ser reavaliado de forma geral pela ANA antes de que a Agência pense em dar qualquer encaminhamento sobre ele (OTEP/ABAS).

Encaminhamentos:

A CTAS entendeu que a proposta precisa ser discutida com profundidade no âmbito do CNRH, não apenas nos temas afetos às águas subterrâneas, tendo agendando uma reunião extra para 12/09 com objetivo de tratar exclusivamente da construção de um Parecer Técnico com o posicionamento da Câmara Técnica a respeito do Projeto Legado como um todo.